



A Santa Sé

PERFIL BIOGRÁFICO DE

PAULO VI

(1897-1978)

Segundo filho de Giorgio e Giuditta Alghisi, Giovanni Battista Montini nasceu em Concesio, perto de Bréscia, a 26 de Setembro de 1897. De 1903 a 1915 frequentou a escola primária, o ginásio e parte do liceu no colégio Cesare Arici, mantido em Bréscia pelos jesuítas, concluindo os estudos secundários no liceu estatal municipal em 1916.

No Outono do mesmo ano entrou no seminário de Bréscia e quatro anos depois, a 29 de Maio de 1920, recebeu na catedral a ordenação sacerdotal do bispo Giacinto Gaggia. Depois do Verão transferiu-se para Roma, onde frequentou os cursos de filosofia da Pontifícia Universidade Gregoriana e de letras na universidade estatal, formando-se mais tarde em direito canónico no ano de 1922 e em direito civil em 1924. Entretanto, depois de um encontro com o substituto da Secretaria de Estado Giuseppe Pizzardo no mês de Outubro de 1921, foi destinado ao serviço diplomático e durante alguns meses de 1923 trabalhou como adido na nunciatura apostólica de Varsóvia.

Entrou na Secretaria de Estado a 24 de Outubro de 1924, e foi nomeado minitante no ano seguinte. Nesse período participou intensamente da actividade dos estudantes universitários católicos organizada na Fuci, da qual foi assistente eclesiástico nacional de 1925 a 1933. No início de 1930, o cardeal Eugenio Pacelli foi nomeado secretário de Estado, do qual progressivamente se tornou um dos mais estreitos colaboradores, até 1937 quando foi promovido substituto da Secretaria de Estado. Cargo que manteve também quando Pacelli — que foi eleito Papa em 1939 com o nome de Pio XII — sucedeu o cardeal Luigi Maglione, falecido em 1944. Em 1952 tornou-se pró-secretário de Estado para os assuntos ordinários.

Foi ele quem preparou o esboço do extremo mas inútil apelo de paz que o Papa Pacelli lançou pela rádio a 24 de Agosto de 1939, na vigília do conflito mundial: «Nada se perde com a paz!

Tudo se perde com a guerra».

A 1 de Novembro de 1954 foi nomeado arcebispo de Milão. Durante a guia da Igreja ambrosiana comprometeu-se profundamente no plano pastoral, dedicando uma atenção especial aos problemas do mundo do trabalho, da imigração e das periferias, onde promoveu a construção de mais de cem igrejas.

Foi o primeiro cardeal a receber a púrpura de João XXIII, a 15 de Dezembro de 1958, e participou no concílio Vaticano II, no qual apoiou abertamente a linha reformista. Quando Roncalli faleceu, a 21 de Junho de 1963 foi eleito Papa e escolheu o nome Paulo, com uma referência clara ao apóstolo evangelizador.

Nos primeiros actos do pontificado desejou evidenciar a continuidade com o predecessor, em particular com a decisão de retomar o Vaticano II, que se reabriu a 29 de Setembro de 1963. Guiou os trabalhos conciliares com mediações atentas, favorecendo e moderando a maioria reformadora, até à conclusão a 8 de Dezembro de 1965 e precedida pela recíproca revogação das excomunhões ocorridas em 1054 entre Roma e Constantinopla.

Remontam ao período do concílio também as primeiras três das nove viagens que durante o pontificado o levaram aos cinco continentes (foram dez as visitas realizadas na Itália): em 1964 foi à Terra Santa e depois à Índia, e em 1965 a Nova Iorque, onde pronunciou um discurso histórico diante da assembleia geral das Nações Unidas. No mesmo ano iniciou uma acção profunda de modificações das estruturas do governo central da Igreja, criando novos organismos para o diálogo com os não-cristãos e os não-crentes, instituindo o Sínodo dos bispos — que durante o seu pontificado realizou quatro assembleias ordinárias e uma extraordinária entre 1967 e 1977 — e actuando a reforma do Santo Ofício.

A sua vontade de diálogo dentro da Igreja, com as diversas confissões e religiões e com o mundo esteve no centro da primeira encíclica *Ecclesiam suam* de 1964, seguida por outras seis: entre elas a *Populorum progressio* de 1967 sobre o desenvolvimento dos povos, que teve ressonância muito ampla, e a *Humanae vitae* de 1968, dedicada à questão dos métodos para o controle da natalidade, que suscitou numerosas polémicas até nos ambientes católicos. Outros documentos significativos do pontificado foram a carta apostólica *Octogesima adveniens* de 1971 para o pluralismo do compromisso político e social dos católicos e a exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* de 1975 sobre a evangelização do mundo contemporâneo.

O impulso renovador no âmbito do governo da Igreja traduziu-se depois na reforma da Cúria em 1967, do tribunal pontifício em 1968 e do conclave em 1970 e 1975. Também no campo da liturgia realizou uma obra paciente de mediação para favorecer a renovação recomendada pelo Vaticano II, sem contudo conseguir evitar as críticas dos sectores eclesiais mais progressistas e a oposição tenaz dos conservadores, entre os quais o arcebispo francês Marcel Lefebvre, suspenso

a divinis em 1976.

Com a criação de 144 purpurados, a maior parte dos quais não italianos, em seis consistórios remodelou notavelmente o colégio cardinalício e acentuou o seu carácter universal. Além disso, aumentou a acção diplomática e política internacional da Santa Sé, agindo sempre pela paz, instituindo um dia mundial específico celebrado desde 1968 a 1 de Janeiro de cada ano — e prosseguindo o diálogo com os países comunistas da Europa central e oriental (a chamada Ostpolitik) iniciado por João XXIII.

Em 1970, com uma decisão sem precedentes, declarou doutores da Igreja duas mulheres, santa Teresa de Ávila e santa Catarina de Sena. E em 1975 — depois do jubileu extraordinário realizado em 1966 para a conclusão do Vaticano II e do Ano da fé celebrado de 1967 a 1968 pelo décimo nono centenário do martírio dos santos Pedro e Paulo — proclamou e celebrou um Ano santo.

A 29 de Junho de 1978 celebrou em São Pedro o décimo quinto aniversário de eleição. Faleceu a 6 de Agosto, na residência de Castel Gandolfo. O funeral foi celebrado no dia 12 na praça de São Pedro e foi sepultado na Basílica Vaticana.

A 11 de Maio de 1993 teve início na diocese de Roma a causa de canonização. No dia 9 de Maio passado o Papa Francisco autorizou a Congregação para as causas dos santos a promulgar o decreto relativo ao milagre atribuído à sua intercessão.

Do jornal L'Osservatore Romano, edição em português, n.43 de 23 de outubro de 2014